

Dificuldades na ação política

O ministro *Jair Soares*, da *Previdência Social*, foi advertido ontem por um longo telefonema originário do Congresso Nacional de que o projeto de lei modificando o sistema previdenciário brasileiro corre o risco de ser desfigurado pelo número de emendas a ele oferecidas. Pessoas que acompanham, em cargos elevados dentro do partido do governo, a situação política, entendem que o país está começando a pagar um preço pela interinidade presidencial que combinou-se com a recente interinidade da liderança do governo no Congresso Nacional.

Este é um assunto delicado, mas parlamentares do PDS entendem que também o projeto de sublegenda, a exemplo do que ocorre com o da previdência, corre risco de naufragar porque o dispositivo político do governo federal está desagregado. As palavras de ordem são conflitantes e faltam definições a respeito de uma série de assunto. O senador *Aderbal Jurema*, viveu esta experiência. Ele procurou o ministro *Abi-Ackel* para conhecer a posição do governo sobre o projeto que institui o distritão. A resposta do ministro foi clara.

— Quem decide o assunto é o partido.

O senador bateu na porta de *José Sarney* presidente do PDS em busca da definição. Mas o partido ainda não deliberou sobre o assunto e o relator da matéria não quer dar parecer favorável em matéria em que o governo federal pode manifestar-se contrário. Ele vai esperar até a próxima semana, porque logo depois embarcará para os Estados Unidos. E, neste caso, somente na volta trataria do assunto.

A interinidade do vice-presidente *Aureliano Chaves*, que afirma exercer o poder em nome do general *João Figueiredo*, aumenta a dificuldade dos articuladores políticos do PDS. A reunião da bancada, realizada há dois dias, será formalmente levada ao conhecimento do ministro *Leitão de Abreu* na próxima segunda-feira. Aquele encontro foi um indicativo de que os temas mais controversos da reforma eleitoral não conseguem unir o partido. Ao contrário, provocam cisões.

Neste momento de transição de poder, em que o presidente prepara-se para ir aos Estados Unidos, o ministro chefe do Gabinete Civil, *Leitão de Abreu* é a pessoa que está conduzindo o processo político, sujeito também às peculiaridades do momento. Parlamentares experimentados observam, no entanto, que entre o chefe do Gabinete Civil e o vice-presidente em exercício há entrosamento e pensamentos comuns.

E uma das definições de *Leitão de Abreu*, tomada logo após a sua posse, foi a de que a reforma eleitoral deveria parar onde estava. Ou seja, adoção de sublegendas, eleição em dois turnos e permissão de coligações interpartidárias. "Se depender de mim, disse certa vez o ministro, a reforma fica onde está, porque o momento é de fortalecer os partidos". Ao que parece, a definição foi mantida, mas as circunstâncias do governo, vale dizer o enfarte do presidente da República, modificaram o *modus faciendi* da ação política e deixaram as lideranças no Congresso desorientadas.

VIAGEM

O ministro *Leitão de Abreu* comunicou aos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a decisão do presidente *João Figueiredo* de ausentar-se do país para fazer em *Cleveland, Ohio*, os exames necessários e possivelmente submeter-se a uma intervenção cirúrgica. A comunicação foi feita na audiência que o chefe do Gabinete Civil concedeu a *Marchezan* e *Passarinho* na última terça-feira.

Hoje a Câmara dos Deputados examinará o pedido de licença de viagem do presidente *Figueiredo*, que pretende ausentar-se do país por vinte dias a partir do próximo dia 17. A decisão de ir a *Cleveland*, teve a influência do ministro *Valter Pires*, que já andou por lá, modificou substancialmente os planos do presidente enfartado. *Figueiredo* pretendia retornar a *Brasília* na próxima quarta-feira, repousar por quinze dias na *Granja do Torto* e reassumir o governo em meados de novembro.

A decisão de viajar aos Estados Unidos retarda os prazos de retorno de *Figueiredo* a sua cadeira no Palácio do Planalto. Ontem, as pessoas encarregadas de organizar a viagem na presidência começavam a raciocinar com a hipótese mais demorada que é a de o presidente sofrer uma intervenção cirúrgica. Se isto acontecer, os prazos de convalescença serão maiores e dificilmente *Figueiredo* retornaria ao Planalto ainda neste ano.

André Gustavo Stumpf